

**EXTRATIVISMO DO AÇAÍ E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM NA ESCOLA RUBENS FERNANDES PIRES, MUANÁ - PA**

**AÇAÍ EXTRACTION AND THE CHALLENGES IN THE TEACHING-LEARNING
PROCESS AT THE RUBENS FERNANDES PIRES SCHOOL, MUANÁ - PA**

**EXTRACCIÓN DE AÇAÍ Y LOS DESAFÍOS EM EL PROCESO DE ENSEÑANZA-
APRENDIZAJE EN LA ESCUELA RUBENS FERNANDES PIRES, MUANÁ – PA**

Fernando Magno da Costa

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil

<http://orcid.org/0009-0005-2999-2175>

fernandomagno085@gmail.com

João Victor Rocha Leão

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-4269-2557>

leaojoaovitor@gmail.com

Francismo Emerson da Costa Vale

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-1567-8861>

emersonvale@uepa.br

RESUMO

A pesquisa se debruça no extrativismo do açaí e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem na Escola Municipal Rubens Fernandes Pires, em Muaná (PA). Assim, busca compreender a relação entre essas práticas econômicas e a educação no campo. Como objetivo principal aborda a influência da atividade extrativista na dinâmica escolar,

enquanto especificamente caracteriza geograficamente o município e os efeitos do extrativismo na educação. A metodologia baseou-se em pesquisa qualitativa, incluindo revisão bibliográfica, levantamento documental, estudo de campo e entrevistas com docentes e gestores. A coleta de dados ocorreu durante a safra do açaí, momento central no processo de evasão escolar. Os resultados apontam a colheita do açaí como principal ponto para a redução da frequência escolar e o comprometimento com o desempenho dos alunos. As estratégias da escola incluem palestras de conscientização e atividades remotas, embora a evasão persista, sendo necessário flexibilizar o calendário escolar e adaptar as metodologias pedagógicas para conciliar a educação formal com as demandas socioeconômicas das comunidades ribeirinhas, garantindo assim a preservação cultural e o direito à educação.

Palavras-chave: Educação do Campo; Evasão escolar; Modo de vida ribeirão.

ABSTRACT

The research focuses on the extraction of açaí and its impacts on the teaching-learning process at the Rubens Fernandes Pires Municipal School in Muaná (PA). Thus, it seeks to understand the relationship between these economic practices and education in the countryside. The main objective is to address the influence of extractive activities on school dynamics, while specifically characterizing the municipality geographically and the effects of extractivism on education. The methodology was based on qualitative research, including a bibliographic review, documentary survey, field study and interviews with teachers and administrators. Data collection took place during the açaí harvest, a central moment in the school dropout process. The results indicate the açaí harvest as the main point for the reduction in school attendance and the commitment to student performance. The school's strategies include awareness-raising lectures and remote activities, although dropout rates persist, making it necessary to make the school calendar more flexible and adapt pedagogical methodologies to reconcile formal education with the socioeconomic demands of riverside communities, thus ensuring cultural preservation and the right to education.

Keywords: Rural education; School dropout; Riverside lifestyle.

RESUMEN

La investigación se centra en la extracción de açaí y sus impactos en el proceso de enseñanza-aprendizaje en la Escuela Municipal Rubens Fernandes Pires, en Muaná (PA). Así, busca comprender la relación entre estas prácticas económicas y la educación en el campo. El objetivo principal es abordar la influencia de la actividad extractiva en la dinámica escolar, caracterizando geográficamente específicamente el municipio y los efectos del extrativismo en la educación. La metodología se basó en una investigación cualitativa, incluyendo revisión bibliográfica, levantamiento documental, estudio de campo y entrevistas a docentes y directivos. La recolección de datos ocurrió durante la cosecha de açaí, momento central en el proceso de deserción escolar. Los resultados apuntan a la cosecha de açaí como el principal factor de reducción de la asistencia escolar y del compromiso con el desempeño de los estudiantes. Las estrategias del colegio incluyen

charlas de sensibilización y actividades remotas, aunque persisten índices de deserción escolar, por lo que es necesario flexibilizar el calendario escolar y adaptar metodologías pedagógicas para conciliar la educación formal con las demandas socioeconómicas de las comunidades ribereñas, garantizando así la preservación cultural y el derecho a la educación.

Palabrasclave: Educación rural; Abandono escolar; Modo de vida ribereño.

INTRODUÇÃO

A região amazônica apresenta camadas e formas de organização social próprias. Compreender e desmistificar tal realidade perpassa por ultrapassar o imaginário da homogeneidade, pois em experiência tem-se uma região complexa e diversificada, “a Amazônia é, sobretudo, diversidade” (Gonçalves, 2005, p. 09).

Nesse cenário, estão inseridos agentes e seus múltiplos modos de vida: camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, povos que na região perpassam por uma trajetória de luta, sendo a Amazônia um conjunto de diversidades ambientais e sociais (Fraxe; Witkoski; Míguez, 2009).

Em meio as variadas realidades, se insere a escola campo enquanto elemento primordial à elaboração da pesquisa e a condução da organização social desses sujeitos. A Educação do Campo, propriamente nomeada, se entende como o processo de estruturação do ensino regular brasileiro, responsável por evidenciar o coeficiente educacional e suas dinâmicas sociais (Martins, 2008).

A Educação do Campo tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar das comunidades alvos de suas políticas (Brasil, 2008). No entanto, direcionamos nosso olhar a uma Educação do Campo voltada ao sujeito ribeirinho. Conforme Gonçalves (2005, p. 154):

O caboclo ribeirinho é, sem dúvidas, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de imigrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta [...].

Nesse sentido, podemos definir o modo de vida ribeirinho enquanto próprio de uma realidade singular da Amazônia, detentor de um saber do meio ao qual se formou, territorializado às várzeas e dela consumidor de seus bens.

Em tal ponto, inserimos o extrativismo como uma das principais atividades desses agentes do espaço amazônico, com recorte específico ao do açaí:

O açaizeiro é uma palmeira que fornece dois subprodutos alimentares essenciais para os ribeirinhos, palmito e o fruto. Constituindo a base da renda de dezenas de famílias, sendo sua entrada maciça e brutal sobre o mercado interno, no início dos anos 1990, prefigurando o desenvolvimento de uma nova produção de renda (Quaresma; da Cunha, p. 09, 2012).

A extração do açaí, desenvolvida enquanto atividade econômica, acarreta em benefícios para as famílias por possuir dois fatores de grande influência: o sustento do núcleo familiar pelo consumo e pela venda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) o açaí destacava-se como principal produção agrícola da Região Norte, ultrapassando a soja, a mandioca e outros, gerando ao todo um valor de produção anual de R\$ 22,6 bilhões, sendo no ano de 2024 o estado do Pará o responsável pela maior produção entre as demais unidades federativas.

O açaí figura em uma realidade ribeirinha enquanto caráter social, cultural, econômico e simbólico, como parte do código culinário dessas comunidades, dentro portanto do que Woortmann (2013, p. 32) chamou de categoria nucleante, “quando se classificam alimentos, classificam-se pessoas, notadamente os gêneros homem e mulher, pois, se o alimento é percebido em sua relação com o corpo individual, este é uma metáfora do corpo social”.

Nessa perspectiva, tomando a realidade como base, indagamos: como a relação entre a produção extrativista do açaí e o trabalho dos educandos se expressam nas atividades do ensino regular da escola do campo?

A pesquisa toma como objetivo geral: analisar a relação entre o extrativismo do açaí e o processo de ensino-aprendizagem na escola municipal Rubens Fernandes Pires, em Muaná/PA.

E especificamente se propõe a: 1. Caracterizar geograficamente o município estudado, e como o espaço geográfico (sobretudo, o regime das águas) condiciona o processo de ensino-aprendizagem em Muaná; e 2. Discorrer sobre a influência das atividades extrativistas do açaí no âmbito educacional.

METODOLOGIA

A pesquisa que se volta para a análise das relações entre extrativismo do açaí e os desafios no ensino-aprendizagem na escola Rubens Fernandes Pires no município de Muaná/PA adota como procedimentos metodológicos etapas essenciais para a pesquisa científica, que possibilitam a coleta de dados, a análise da realidade e a apresentação dos resultados.

Dessa forma, tomamos partido na investigação a partir da revisão de literatura, composta pela variedade de publicações anteriores envoltas aos temas propostos a pesquisa, com o objetivo no aprofundamento teórico (Gil, 1991).

O levantamento documental formado por “materiais que não receberam ainda um trato analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 1991, p. 29) ganha espaço no estudo das leis e diretrizes da educação.

Na pesquisa em questão, seguimos a realização do estudo do lócus, delimitado pela escola Rubens Fernandes Pires, localizada na Comunidade do Médio Atua Nova Galileia pertencente ao município de Muaná - PA.

Dentro da proposta analítica, elegemos como sujeitos o corpo docente e da escola, entendendo suas ações como parte de um processo sócio-educacional em meio a uma realidade ribeirinha na Amazônia paraense.

Buscamos com a pesquisa realizar uma leitura referente ao processo de ensino-aprendizagem promovido pela instituição durante os períodos de colheita do açaí, entendendo tal atividade em nível de importância cultural, social e econômica.

A investigação encontra-se associada à pesquisa metodológica e científica, que em Japiassu e Marcondes (1991, p. 130) compreende um “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras que visam atingir um objetivo determinado”.

Contamos com uma abordagem qualitativa, atenta a relação educação-extrativismo do açaí, visando entender as implicações dessa da cultura para o desenvolvimento das atividades educacionais, sendo a etapa do cultivo o momento de importância cultural e econômica das famílias produtoras do fruto, não considerado de formalmente pelo calendário da instituição de ensino.

Em Prodanov e Freitas (2013, p. 70) a pesquisa de abordagem qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas

estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Prodanov e Freitas (2013) consideram que a abordagem qualitativa obedece a análises sequenciais, partindo da natureza dos dados coletados, o domínio da amostra e a pesquisa teórica investigada. “Podemos, entretanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 113).

Como forma de entender o objeto e as nuances espaciais da pesquisa em bases geográficas, partimos do estabelecimento de um conjunto de análises fundamentais para o desenvolvimento do estudo qualitativo. Levando em frente a compreensão da importância da história da comunidade, das relações econômicas e culturais envolvidas no extrativismo do açaí, pelas questões político-pedagógicas da educação no/do campo e o seu projeto educacional estabelecido.

Nesse sentido, foram realizados trabalhos de campo exploratórios na escola, onde buscou-se ouvir os docentes e a coordenação, sendo a exploração em campo fator fundamental para construção de uma ciência em bases geográficas:

O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (Lacoste, 2017, p. 91).

A pesquisa em campo se deu como etapa fundamental para o reconhecimento do que se objetiva, um estudo aprofundado no íntimo entre o pesquisador e sujeitos, etapa responsável por elaborar novos conhecimentos em relação ao espaço explorado.

Na etapa de exploração em campo utilizou-se dos registros fotográficos e auditivos, auxiliados por câmeras e gravadores, buscando com o uso facilitar a coleta dos dados e aprimorar a análise.

Se esteve presente na instituição para a realização do trabalho de campo durante os dias 25 e 26 de setembro, período em que a colheita do açaí é praticada pelas famílias produtoras e consequentemente pelos estudantes regularmente matriculados. A visita no período de maior evasão escolar se deu como estratégia pela busca de relatos que tomassem por base o vivido do cotidiano mais recente.

Realizou-se junto aos sujeitos a aplicação de um questionário de perguntas estruturadas e semi-estruturadas, sendo as respostas os dados primários coletados para o exercício da investigação (Triviños, 1987).

Contamos ao longo processo de produção da pesquisa com a representação cartográfica da área de estudo, responsável por determinar sua localização no município, identificar a escola Rubens Fernandes Pires, sua espacialização no rio e sua proximidade à Comunidade do Médio Atua Nova Galileia.

Educação do Campo: leis e diretrizes

A Educação do Campo é um direito conquistado pelos povos e seus territórios, visando integrar os indivíduos em uma educação libertadora como reflexo de luta e resistência frente à educação homogênea, dominante e contraditória (Souza, 2008).

Para identificar os agentes do campo, se faz necessário ponderar suas definições legais, consoante a Resolução 02/2008 das leis e diretrizes estabelecidas pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que reconhece as populações rurais, destinadas à essa modalidade de ensino, sejam os agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, caiçaras, indígenas, assentados e acampados da Reforma Agrária, entre outros.

Portanto, a Educação do Campo, tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar das comunidades tangidas por suas políticas, articulando estratégias entre órgãos e indivíduos responsáveis pela organização e execução de suas diretrizes pré-estabelecidas (Brasil, 2008).

Com efeito, é a partir desse panorama constitucional que se iniciam as interações entre instituições governamentais e as comunidades, destacando suas especificidades e os desafios inseridos na luta cotidiana desses indivíduos, se fazendo necessário o reconhecimento socioespacial desses sujeitos, a fim da viabilização do projeto educacional no campo.

Para se inserir uma educação voltada ao campo, é necessário reconhecer sua classe, sua função social e sua estrutura espacial condicionada pelas conexões com os elementos presentes nos seus espaços, para assim respeitá-los, conforme o Art. 7º da Resolução 02/2008. “A organização e o

funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seus estilos de vida, sua origem e suas tradições” (Brasil, 2008, p. 3).

Em suma, as diretrizes elaboradas pelas organizações governamentais buscam integrar as sociedades do campo majoritariamente à margem do processo educacional, em vias de socialização conforme rege a Constituição Federal (1989), propondo estratégias adequadas para os mesmos, pertencentes às dinâmicas rurais do campo.

Nesse contexto, universalizar a educação, tanto na cidade, quanto no campo, emerge como forma de combate aos índices de analfabetismo, abandono e/ou evasão escolar e exclusão social de indivíduos que deixam de praticar sua cidadania crítica, por estarem inseridos num contexto de não inclusão de suas classes.

Vivências e desafios da educação ribeirinha frente a expansão da produção de açaí

A educação representa um processo fundamental na vida dos seres humanos, seja ela formal ou não, todos estamos sujeitos a vivenciar o fenômeno educacional, produto das relações sociais e cotidianas.

Segundo Freire (2014), há duas maneiras de educar: a educação dominadora, que descreveria a realidade, transferindo conhecimentos específicos de uma pessoa para outra; e a educação libertária, objetivando a criação de conhecimentos para a transformação-reinvenção da realidade por intermédio da ação-reflexão do sujeito em seu contexto social.

Sob esse prisma, a educação seria uma concepção filosófica e científica do conhecimento, situado na prática entre dois ou mais indivíduos, visto que o conhecimento é um recurso social que provém das interações transformadoras dos indivíduos acerca da realidade material que os cerca.

Como processo em constante criação e transformação de conhecimento para reinvenção dos conceitos humanos, a educação está pautada em perspectivas subjetivas entre educandos e educadores (Freire, 2014).

No contexto educacional do campo, a escola não surge como espaço diferenciado, mas como conquista que emana da comunidade, ajudando-os no processo de formação do sujeito social, não abdicando de sua identidade sociocultural (Arroyo, 2008, apud Oliveira; Silva; Printes, 2022).

Nos voltamos assim as características da Educação enquanto movimento sociopolítico constituído por integrantes das comunidades rurais, que almejavam por meio da educação vincular a configuração de seus modos de vida às propostas educacionais. Visando a mitigação do histórico processo de colonização e homogeneização cultural.

Sob essa ótica, dinâmicas pedagógicas foram afetadas, reduzindo sua diversidade e, com efeito, excluindo a representatividade de diferentes culturas brasileiras no espaço escolar (Arroyo, 2008, apud Oliveira; Silva; Printes, 2022).

Trazendo a um contexto regional no que diz respeito à Amazônia paraense, deve-se levar em consideração as especificidades geográficas que tornam a região conhecida, sua biodiversidade e riquezas. Somando ao cenário impasses políticos-ideológicos levados à frente na região (Martins, 2008).

Tais perspectivas sobre a Amazônia, geram impasses nas resoluções das problemáticas da região, visto que não há interesse em respeitar os que aqui vivem por não se alinharem aos impulsos externos que refletem a Amazônia como fonte infindável de recursos naturais (Gonçalves, 2005).

A criança como parte do mundo, por vezes, nunca se ateve ao cerne das investigações do habitar a Amazônia, sujeito silenciado e, na história da região, este silenciamento transforma-se em instrumento de resgate das mentalidades sobre a infância, compreendendo o lugar e/ou a posição que ela ocupa na história do panorama social amazônico (Oliveira; Silva; Printes, 2022):

A defesa de uma formação cultural e identitária que amplie a capacidade das crianças de conhecerem a si mesmo e ao mundo precisa ser prioridade nos processos de elaboração das condições de aprendizagem e desenvolvimento, porque esse processo não ocorre em uma relação natural, mas nas relações que a criança estabelece com o meio social e cultural. O modo como vivemos, as situações que enfrentamos, a nossa troca aberta com o mundo faz as experiências vividas provocarem transformações no ambiente e no próprio sujeito (Oliveira; Silva; Printes, 2022, p. 06).

Entre as sociedades do campo no enfoque da Educação do Campo, trilhamos caminho universo dos ribeirinhos amazônidas, sendo eles localizados em sua maioria às margens dos rios, áreas de várzea e barrancos, com saberes culturais determinados em prol do seu modo de vida, possuindo características singulares que expressam suas identidades socioculturais (Chaves, 2001).

Segundo Benchimol (2009), a caracterização dos povos ribeirinhos se dá por uma série de elementos:

Eram e ainda são índios puros, meio-índios, índios-caboclos, caboclos, meio-caboclos, caboclo-índios de diferentes grupos étnicos e tipos de miscigenação genética, resultado do cruzamento racial com os colonizadores, imigrantes nordestinos e outros povos. Uma herança cultural indígena aculturada pela convivência com esses novos elementos humanos portadores de outros valores, hábitos e costumes, que foram sendo incorporados pelas necessidades de sobrevivência ao longo dos tempos e dos ciclos econômicos (Benchimol, 2009, p. 38).

Com isso, a formação de um sujeito ribeirinho parte as relações interpessoais presentes em sua vida, desde a infância, o indivíduo está condicionado a aprender as maneiras de como sobreviver naquela realidade, seja com a transmissão da educação familiar ou formal, seja com seu autoconhecimento e capacidade de reinvenção dos entendimentos do contexto socioespacial inserido.

Nesse sentido, a educação desse indivíduo se dá como processo constante, conforme Dias (2004, p. 32, apud Quaresma; da Cunha, 2012), é:

Um processo contínuo, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente - e resolver os problemas ambientais presentes e futuros.

Portanto, o modo de vida ribeirinho, se dá como reflexo de duas percepções enquanto detentores de significados construídos no decorrer da vida e de seu processo educativo (Oliveira; Silva; Printes, 2022).

Nesse sentido que se insere uma das principais atividades econômicas desses agentes: o extrativismo. É imprescindível falar desses sujeitos sem considerar o modo de produção intrínseco em seu cotidiano, uma vez que a extração, acarreta em benefícios àquela composição comunitária por possuir dois fatores de influência em seu modo de reprodução: o sustento do núcleo familiar pelo consumo e pela venda do fruto.

A colheita do açaí garante às famílias a alimentação de características nutritivas e a venda dos seus excedentes para outras comunidades e/ou cidades adjacentes garante a renda para a reprodução social (Quaresma; da Cunha, 2012).

Em recente *boom*, mas em marcha a tempos em processo, o furto tornou-se tendência no mercado, alcançando olhares de uma comercialização globalizadora, tendo sua transformação de um produto regional-local em *commodity*:

[...] é uma das espécies mais promissoras na área de várzea do estuário amazônico em virtude do seu aproveitamento por moradores e ribeirinhos e nas indústrias de comercialização do palmito (Ahrens, 1992, p. 32).

O conhecimento das práticas de cultivo desse produto, localmente figuram como saber nuclear e familiar, inserindo em sua cadeia os indivíduos postos em meio aos processos sociais. A criança atua no auxílio da colheita, nos períodos sazonais de safra (de agosto a outubro), quando o produtor atinge suas melhores ofertas no mercado.

Com efeito, a criança, já inserida no processo educacional se encontra no impasse, uma vez que o período demanda a troca da sala de aula pelo trabalho com o açaí, sendo essa influência furto das demandas exploratórias impostas aos produtores regionais, um mercado que engada a busca pelo fruto visando a alimentação do mercado nacional e internacional (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009).

O ribeirinho, nascido no modo de produção vigente, encontra-se na sujeição das relações produtivas presentes no seu espaço geográfico:

[...] Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência (Marx, 1996, p. 47).

Temos então, um sistema de intensificação do manejo dos açaizeiros, aumentando a produção, e, conseqüentemente, a renda das famílias, diminuindo por outro lado a diversidade de outros cultivos, tomando o tempo escolar e transformando a extração do açaí em monocultivo da espécie. Logo, a escala de produção de açaí se altera, reconfigurando seu manejo nas áreas de várzea com o intuito na produtividade do (Tagore, 2017).

No contexto da região amazônica, essas implicações passam pela alteração desses espaços, seja na expansão do agronegócio ou na comercialização de produtos nativos da região com potencial rentabilidade. Segundo Santos (2021):

Cada ponto do espaço torna-se, então, importante, efetiva ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. Como a produção se mundializa, as

possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em um nível mundial (Santos, 2021, p. 32).

Por um lado, há um aumento na produção, por outro, as áreas de várzea correm risco, uma vez que sua biodiversidade degradada prejudica o seu ecossistema único que acolhe sua diversidade de flora e fauna:

Mudança na configuração da paisagem, homogeneização e extinção de outras espécies; erosão e assoreamento dos rios, resultante de aumento de área dos açais e consequente eliminação de espécies que protegem as margens das áreas de várzea (Tagore, 2017, p. 26).

A demanda do fruto do açazeiro em conjunto com as tendências mercadológicas do modo de produção vigente expande e intensifica sua comercialização em diversos municípios paraenses (Alvez Valles, 2013).

O cultivo do açaí deixa de estar apenas atrelado ao modo de vida dessas comunidades que o cultivam para o autoconsumo, torna-se agora possibilidade de investimentos do capital, podendo afetar as relações entre sujeito e objeto, visto que o açaí é fruto característico dessa região, além de possuir uma carga simbólica com os indivíduos que se inserem nessa realidade.

O município de Muaná e as dinâmicas socioespaciais

O município de Muaná, localizado no estado do Pará, na Ilha do Marajó, possui uma área de 3.763,337 km², correspondendo a 0,30% da área total do território paraense. Sua população está estimada em 45.368 habitantes e com densidade populacional de 12,06 hab/km². Na esfera político-administrativa, o município está inserido na Região de Integração do Marajó, pertencendo à mesorregião Marajó e à microrregião do Arari, vinculado à região geográfica intermediária de Breves e à região imediata de Soure/Salvaterra (FAPESPA, 2023).

O clima do município é tropical úmido e sua vegetação possui aspectos de aluviais, mangues e restingas, encontrados na porção leste do município, sendo cobertos por cerrados, florestas densas, campos naturais e áreas de capoeira (FAPESPA, 2023).

Sua hidrografia é composta por diversos rios, onde se destaca o rio Pará, que se localiza ao sul e a sudeste, que converge em toda a drenagem municipal. Entre outros rios influentes se

destacam: Pracuúba, Guajará, Furo do Atatá Grande, Tapuruquara, Muaná, Inamarú e Anabijú (SETUR, 2021).

Nessa conjuntura, as atividades de pesca artesanal de peixe e camarão, a extração do fruto do açaí e do palmito e o extrativismo da madeira compõe a base econômica do município. Para além das atividades desempenhadas pelo serviço pública, em outras regiões, destacam-se as atividades pecuárias e agrícolas (SETUR, 2021).

Em meio ao contexto de formação socioespacial do município de Muaná se encontra o rio Atua, com catalogação dividida em três áreas: o “Alto Atua” com área próxima à nascente, o “Médio Atua”, a parte intermediária e locus de pesquisa, e o “Baixo Atua”, a parte final que deságua no rio Pará.

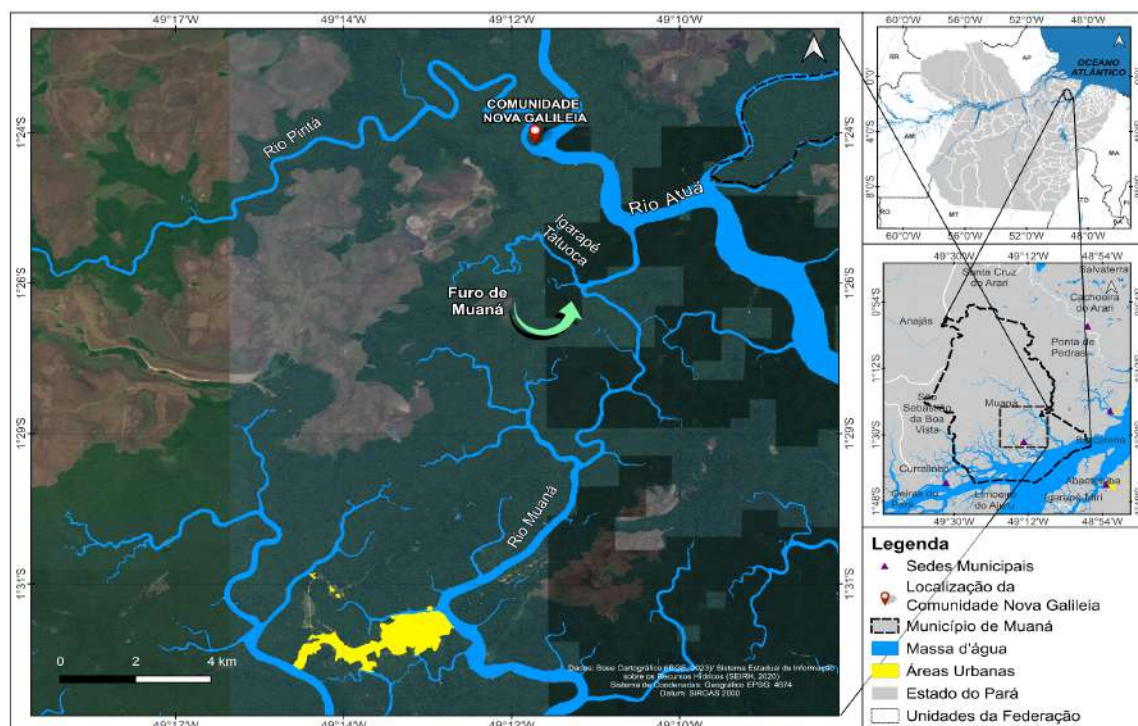
O contexto socioterritorial de formação do Médio Atua encontra luz no início das habitações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, marcadas pelo surgimento da comunidade ribeirinha de “Vila do Mirinduba”, composta por cerca de sete famílias que trabalhavam na terra para a manutenção do modo de vida e do núcleo comunitário.

Aquele período, as principais fontes de alimentação e renda da comunidade matriz já se faziam envoltas pelo extrativismo vegetal (com destaque ao açaí) para consumo, uso e comercialização, praticava-se também a caça, a pesca e a agricultura.

Na contemporaneidade, a Vila do Mirinduba se desfez e as famílias que lá habitavam ora se mudaram para outras regiões, ora se espalharam pelo próprio Médio Atua (por vezes mencionada como “Nova Galileia” por influência da igreja neopentecostal local) (Figura 1):

Na região ribeirinha de Muaná o açaí é uma das espécies dominante e fundamental para a economia e subsistência da população local. Ao lado da vegetação de floresta de várzea e rios, igarapés e lagos são também um componente essencial para a vida econômica e cultural do estuário. No estuário, peixe e camarão e açaí são componentes essenciais para a dieta local e para a economia local (SETUR, 2021).

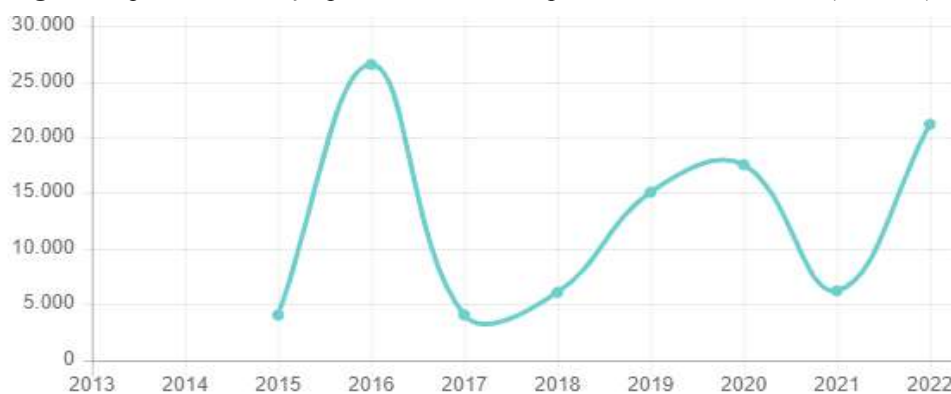
Figura 1: Comunidade Médio Atua/Nova Galileia



Fonte: Autores, 2024

A produção de açaí no município de Muana, se destaca como atividade de maior potencial. Segundo a Produção Agrícola Municipal, o fruto rendeu 25 mil toneladas no ano de 2016 e cerca de 21.200 mil toneladas no ano de 2022 (Figura 2).

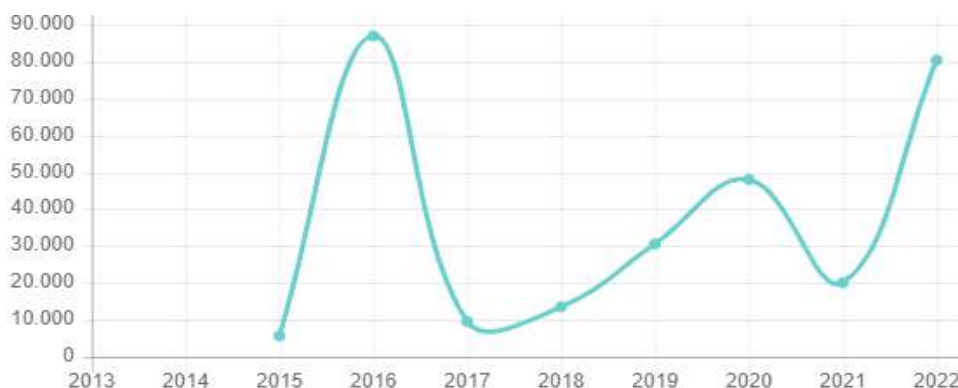
Figura 2: quantidade de açaí produzida no município de Muana. Unidade: t (tonelada).



Fonte: IBGE, 2023. Organização: Autores

Acerca do valor de produção do município, a atividade representou o maior potencial financeiro do município (Figura 3).

Figura 3: Valor de produção do açaí no município de Muaná. Unidade: R\$1000 (reais).



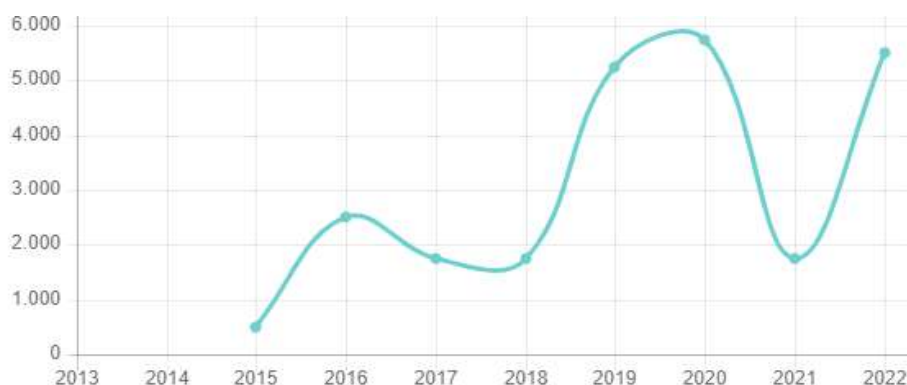
Fonte: IBGE, 2023. Organização: Autores

No ano de 2016 houve um valor produtivo de 87.143 mil reais e em 2022, um valor menor de 80.560 mil reais de receita, que fomentaram o mercado interno municipal e contribuíram com a fonte de renda de produtores individuais ou em consórcios.

Destaca-se a diferença nos valores de produção dos anos de 2015 e 2016. Em 2015, o valor da produção se deu em 5.594 mil reais e aumentando para 87.143 mil em 2016, um aumento de 81.549 mil reais de produção.

Segundo o IBGE (2017), no ano de maior produção do fruto, a área destinada ao cultivo contava com 2.500 hectares, já nos anos de 2019, 2020, e 2022, os números ultrapassam os 5.000 hectares, com 5.250, 5.750 e 5.500, respectivamente (Figura 4).

Figura 4: Área destinada à colheita do açaí no município de Muaná. Unidade: ha (hectare)



Fonte: IBGE, 2023. Organização: Autores

De acordo com a análise, é expressivo o aumento dessas áreas destinadas à colheita, principalmente em anos recentes, exceto em 2021, reflexo dos efeitos da pandemia de COVID-19.

Se destaca o açaí enquanto produto das dinâmicas socioespaciais fortemente condicionadas pela lógica mercadológica do capitalismo. Segundo Santos (2021):

[...] A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas (Santos, 2021, p. 70).

Nesse cenário, entrevemos como aspecto crucial a importância de se entender a comercialização desse produto, seja no mercado interno ou voltado para a exportação e sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Entretanto, tal crescimento não se justifica necessariamente em melhorarias na qualidade de vida da população.

Para uma compreensão socioterritorial desses indivíduos, não se deve apenas analisar o produto das relações entre homem e natureza, numa definição clássica do espaço, se faz necessário entendê-lo como um conjunto indissociável que consiste no movimento das interações entre os diversos elementos (Santos, 2021).

Portanto, pode-se dizer que o modo de vida ribeirinho é fortemente condicionado pelo meio no qual eles se inserem e pelas suas relações de produção com o meio e a sociedade, levando em consideração os fatores internos e externos; nesse sentido, áreas de várzea são fundamentais para sua produção socioeconômica por realizarem boa parte de suas atividades enquanto definem suas identidades como agentes espaciais da região amazônica.

As implicações da dinâmica extrativista do açaí no processo de ensino-aprendizagem da escola Rubens Fernandes Pires

Em meio a realidade apresentada, se insere a Escola Municipal de Ensino Fundamental Rubens Fernandes Pires, unidade básica de ensino e lócus investigativo para o cumprimento dos objetivos da pesquisa em questão. Através do estudo de suas relações e das atividades exercidas pela unidade, adentramos na análise e o no entendimento da conjuntura que caracterizam a escola e os indivíduos que nela atuam.

A escola situa-se na considerada “zona rural” do município de Muaná, localizada próxima ao rio Atua e Anabiju. A unidade escolar atende as comunidades ribeirinhas da região teve sua inauguração no dia 06 de agosto de 2023, fruto de recursos municipais.

Quanto as modalidades, a escola disponibiliza o ensino fundamental (regular) e educação de jovens, adultos e idosos (EJAI), com planejamentos para a implementação do ensino médio (regular) em parceria com o Governo do Estado.

A estrutura da escola é construída em alvenaria e conta com um porto para o desembarque dos alunos e condutores (Figura 5).

Figura 5: Escola Municipal de Ensino Fundamental Rubens Fernandes Pires



Fonte: Autores, 2024

A escola conta com cinquenta e quatro funcionários, divididos entre diretoria, coordenação pedagógica, professores, auxiliares administrativos, condutores das embarcações e serviços gerais, além de possuir trezentos e setenta e cinco alunos matriculados do 1º ao 9º do fundamental, nos períodos matutino e vespertino.

A partir da experiência em campo, em conjunto com as informações obtidas nas entrevistas, partiu-se para adentrar nesse universo, tendo em mente um “mundo de ambiguidades, trata-se de percorrer caminhos que se cruzam e se contrapõem, mascaram diferenciações sociais que têm entravado processos de emancipação social e política” (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009, p. 30).

Por se tratar de uma escola do campo, particularidades fazem parte do cotidiano desses sujeitos que, por intermédio de suas relações, compõem sua forma de organização espacial:

Na educação infantil ribeirinha, as propostas educativas devem garantir a participação ativa das crianças nas produções na escola e na convivência nos diferentes espaços que o campo proporciona. Na área ribeirinha, há uma especificidade geográfica que rege a organização dos modos de vida dessa população: o contato diário com a água e seus movimentos de cheia e vazante (Oliveira; Silva; Printes, 2022, p. 11).

E continua:

Nas escolas ribeirinhas, a relação com a natureza compõe as relações cotidianas de vida. Essas experiências corpóreas, sensíveis, sociais e afetivas, vão constituindo os recursos de ação e interação das crianças com o seu meio, e sobre o qual o professor ou a professora precisam considerar no momento de organizar o fazer pedagógico (Oliveira; Silva; Printes, 2022, p. 23).

A escola, devido sua inauguração recente, ainda trabalha elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP):

O PPP ainda não temos, né. Mas a gente já tá pensando nele, em fazer ele, já tô aqui com algumas demandas pra gente começar esse PPP, porque nós pegamos uma escola totalmente defasada, quando eu assumi ela, né. Hoje a gente já tem uma organização melhor [...] (Entrevista B, realizada em 26 de setembro de 2024).

Vale enfatizar, na perspectiva dos entrevistados, as implicações que as atividades de feitiço extrativista (sobretudo, do açaí) provocam no ambiente escolar. Tal questão não se refere ao processo exclusivo da escola, mas como fenômeno que ocorre anualmente: o período da entressafra:

[...] E aí quando vem a apanha do açaí tem a dificuldade também que é a defasagem do aluno na escola por conta da apanha do açaí, que eles dependem disso. Aí você não pode debater de frente porque eles precisam da apanha do açaí pra alimentação (Entrevista A, realizada em 25 de setembro de 2024).

Em mesmo panorama, a direção frisa tal percepção, trazendo a perspectiva da gestão escolar a respeito do período de safra e seus obstáculos:

Bem, essa parte da evasão escolar, né, que é no período da safra do açaí, as crianças faltam muito por a família não ter uma renda que, digamos assim, dá o sustento merecido a essas crianças, as crianças acabam se afastando da escola e com isso acaba prejudicando o processo de ensino aprendizado das crianças e a escola também acaba sendo prejudicada porque, uma vez que as faltas são lançadas e a criança no final do ano não consegue passar, a escola se prejudica também (Entrevista B, realizada em 25 de setembro de 2024).

É válido ressaltar a relação direta que o extrativismo do açaí possui com a comunidade. Os obstáculos próprios do período de entressafra, podem acarretar em um conjunto de fatores prejudiciais.

Na perspectiva da instituição, a safra reflete no baixo rendimento na frequência, no desempenho irregular e na evasão escolar:

[...] A proposta da Educação do Campo, não é meramente pedagógica, ao buscar relacionar escola e vida, também se almeja a veiculação de uma determinada concepção de campo, na qual esse seja um lugar de vida. Essa compreensão distingue da concepção de campo hegemônico, na qual o campo é apenas um espaço de produção, na qual não os meios para socialização, cultura, educação para os moradores da zona rural, não estão inseridos (Martins, 2008, p. 1)

Buscando caminhar na perspectiva dos professores frente a realidade singular, por meio de suas falas perseguimos o objetivo levantado. Seis dos sete entrevistados enfatizaram a relação entre o extrativismo do açaí e assiduidade do educando.

A escola busca conciliar tal relação, uma vez que os alunos e suas famílias dependem da renda obtida:

É, como professora, na verdade, a gente tem uma perca muito grande em relação à questão do aprendizado e aí o que a gente percebe na sala de aula é o número reduzido de alunos nesse período, a gente vê, presença, principalmente quando a gente vê as crianças indo nessas rabetas pra desenvolver essas atividades. Quando a gente trabalhava na Ludovico, teve dias da gente ver os alunos, na hora do recreio, eles estavam desembarcando açaí aqui no barco (próximo à escola), a gente via e o que que acontece. Tipo, a gente tem um período no início do ano, tá legal, os alunos vêm e tudo, mas quando chega nesse período de agosto a dezembro, a defasagem é muito grande, a falta de alunos dentro da escola é muito grande, é uma questão recorrente. Às vezes tem a questão da escolha do aluno, tipo: o adolescente, principalmente, eles não vêm porque a gente já conversou e eles explicaram

que por muitas das vezes é mais viável, pra eles, terem um dinheiro, terem uma rabeta, um motor, do que tá dentro da sala de aula. Às vezes o aluno já traz aquilo da família de dizer assim: ah, o meu pai não estudou, trabalhava com açaí, eu também vou trabalhar quando eu for adulto. Tem muito essa questão familiar que interfere (Entrevista C, realizada em 25 de setembro de 2024)

Temos então, a evasão escolar, o baixo desempenho nas atividades escolares e falta de interesse dos alunos como principal desafio ao ensino-aprendizagem enfrentado pelo corpo docente:

Relacionado a essa questão da safra do açaí é um desafio muito grande pra nós como profissionais tá trabalhando porque quando vem um aluno no dia, no outro ele não vem porque ele tem que ir sair pro mato pra apanhar açaí, aí a gente tem que usar metodologias que venham abranger esse aluno pra não ficar totalmente disperso da aprendizagem porque o foco principal da gente é o desempenho do aluno com relação ao ensino-aprendizagem dele e essa evasão acaba prejudicando muito porque mesmo a gente usando metodologias diferenciadas pra repor esse conhecimento. Às vezes a gente não consegue abranger total, né. Não consegue que esse aluno receba totalmente essa aprendizagem porque, às vezes, falta até a semana toda, aí fica bem complicado (Entrevista D, realizada em 25 de setembro de 2024).

O cenário posto se articula de forma complexa, uma vez que a relação extrativista na comunidade se põe como necessária a manutenção do modo de vida. Por outro lado, a prática prejudica no desenvolvimento do processo de formação escolar, expondo um quadro composto pela exclusão social e a falta de adaptação do ensino à realidade do campo.

[...] O que se pretende aqui é ampliar o sentido da exclusão em educação para categorias culturais e econômicas, como os privados financeiramente do acesso à escola, os povos indígenas, alunos que levam para a escola uma linguagem estigmatizada socialmente e, especificamente, os habitantes da zona rural, que por privação de direitos sociais cada vez mais aguda, têm o seu direito à educação negado (Martins, 2008, p. 4).

Há questões que levantam o debate da organização logística da escola, uma vez que funcionários lotados na escola residem na sede municipal, dependendo de embarcações particulares, convivendo com a rotina de viagens:

Como eu te falei, eu venho todo dia da cidade, uma das coisas que mais me prejudica é ter que acordar de madrugada pra trabalhar, já que a gente vem da cidade pra trabalhar. Quando a gente chega aqui (na escola), às vezes a gente encontra como dificuldade é mais a parte de planejamento, porque a gente não tem quase, ou seja, a gente leva o trabalho pra casa quando vamos pra cidade. A gente não tem tempo quase de nada porque aqui não dá tempo. Então a grande dificuldade que a gente encontra é essa questão de tempo que a gente não tem (Entrevista F, realizada em 25 de setembro de 2024).

São mencionadas as questões relacionadas a família do educando quanto a ausência dos responsáveis no ambiente escolar, fugindo a integração necessária para o desenvolvimento do papel

educacional. Nessa ocasião, a escola tenta manter essa relação, desenvolvendo eventos culturais e educativos, mesmo que não empenhados pela comunidade:

[...] Os desafios mesmo são em relação aos pais dos alunos porque a escola sempre procura os pais, e os pais quase sempre não vem pra escola, aí a gente tem que tá indo atrás (Entrevista G, realizada em 25 de setembro de 2024).

O panorama entre os impasses revela uma dura relação percebida pelos docentes. Segundo Oliveira, Silva, Printes (2022) em consequência das situações enfrentadas, os professores merecem o ouvir, pois carregam experiências vividas, capazes de estimular transformações em um determinado espaço.

Para além da questão da frequência, o açaí, conjuntamente, é utilizado como uma alternativa metodológica, que auxilia na construção de uma ocupação consistente desses sujeitos, e, sobretudo, na realidade que a eles pertence, visando a fuga de uma educação brasileira instituída sob a precariedade:

Nesse sentido, ao observar a estrutura educacional brasileira nos dias atuais, seus altos índices de analfabetismo, evasão escolar, as diferenças sociais regionais, enfim, o panorama educacional contemporâneo, constata-se que a exclusão é um fenômeno crescente. Especificamente em relação ao campo, os dados são avassaladores (Martins, 2008, p. 4).

Pela visão da instituição, o cenário apresentado, carregaria no processo educativo certas consequências:

[...] Isso prejudica, né, porque a gente sabe que ele (o aluno) tem aquela força de vontade de ajudar a família com a renda, mas infelizmente ele tá sendo prejudicado na educação porque ele não tá frequentando (Entrevista I, realizada em 25 de setembro de 2024).

O aluno é posto em linha tênue, entre colaborar com a sua família e estudar para garantir sua formação:

Principalmente a aprendizagem dos alunos, a maior deficiência fica nessa defasagem dessa aprendizagem porque se o aluno não participa, como é que ele vai adquirir conhecimento? Sem contar também que a criança perde aquele momento de tá na escola e aproveitar esse ambiente porque a escola a gente não vem somente pra estudar, a gente vem pra conhecer pessoas, pra gente conviver, porque nada como uma boa convivência dentro da sociedade entre pessoas, até mesmo desconhecidos que a gente acaba criando aquele laço de amizade (Entrevista D, realizada em 25 de setembro de 2024).

Diante do conjunto de elementos que configuram a problemática do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, deve-se imaginar que a instituição busque, de alguma forma,

contornar tais impasses presentes em seu ambiente. Todavia, antes de se pensar em uma educação do campo, faz-se necessário compreender a prática inclusiva dessas interações de configurações educativas.

Propor uma educação inclusiva é, antes de qualquer coisa, compreender as especificidades desses excluídos, que, mesmo nessas condições, fornecem elementos culturalmente ricos, de suma relevância para a prática pedagógica. Em uma palavra: incluir as minorias privadas de direitos pressupõe a compreensão de suas especificidades como componentes de uma totalidade na qual eles estejam inseridos (Martins, 2008, p. 4).

Diante desse cenário, quais seriam as alternativas disponíveis ao alcance? Como os professores e, sobretudo, a escola se comporta frente a essa defasagem? Aqui vamos salientar suas respostas e discutir acerca dessa questão.

Conforme os professores:

As atividades remotas, mas dependem da matéria, já que as atividades de matemática não são muito bem aproveitadas pelos alunos, já que eles têm que tá presente em sala pra tirar dúvidas com o professor [...] (Entrevista F, realizada em 25 de setembro de 2024).

Além das atividades remotas, a escola também conta com o auxílio da Secretaria de Educação Municipal, numa tentativa de amenizar essa defasagem, por meio de eventos criativos, mediando a problemática. adotando como a formação dos professores, orientando a não proibição dos alunos em realizar tal atividade econômica, mesmo que ainda levem falta, caso não compareçam as aulas, a secretaria optou por conciliar o ambiente escolar com as necessidades do aluno e/ou da família do campo:

A diretora busca trazer palestras dentro da escola, convida os pais ou responsáveis e até mesmo os alunos sobre isso, traz pessoas de apoio de órgãos de dentro da secretaria de educação, pra reforçar esse repasso de informações aos pais, aos alunos que eles precisam e devem estar dentro da escola, então eles criam ações que sejam de conscientizá-los, pra todos, no caso, envolvendo pais e alunos (Entrevista D, realizada em 25 de setembro de 2024).

Quando essas ações não conseguem minimizar essas situações, a escola inicia o trabalho de busca, que consiste na iniciativa da escola em ir atrás desses alunos e de suas famílias.

Na verdade, a gente trabalha com a busca: se o aluno tá faltando, a gente vai, dá um jeito, vai atrás da família do aluno, conversa e tenta, de alguma forma, trazer esse aluno pra sala de aula, né (Entrevista H, realizada em 26 de setembro de 2024).

Portanto, para tornar possível que essas práticas educativas sejam eficientes, deve haver uma conciliação, um “casamento” entre a escola e o modo de vida dos ribeirinhos (Martins, 2008).

Como pode ser averiguado, a escola e a secretaria encontram-se cientes da problemática e tentam, na medida do possível, apoiar esses alunos para que eles não desistam de suas formações. No entanto, essas ações não se apresentaram, ainda, totalmente eficientes, uma vez que o problema retorna anualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das realizações em campo, vislumbramos os fatores que se encontram presentes nessa realidade da educação no campo na Amazônia paraense, sejam suas especificidades, diferenças, suas implicações ou formas organizacionais, todas como elementos que caracterizam essa modalidade de ensino.

Isso posto, não é um exagero entrar em um apelo à permanência dessas crianças no ambiente escolar, espaço no qual se desenvolvem importantes à vida do ser sociável, pois nela compreendemos o mundo, seus sentidos, nosso lugar e nosso contexto enquanto indivíduos pertencentes a determinadas sociedades.

Entretanto, em determinadas circunstâncias, a gestão escolar não compreende as necessidades de seus educandos e tomam medidas que põe em risco o modo de vida desses estudantes, não levando em consideração que, por vezes, eles dependem desse subsídio da produção extrativa do açaí.

Os estudantes são postos a prova, sendo a escolha por ajudar as famílias como força de trabalho complementar ao período, sendo esse processo questão estruturante para o ribeirinho marajoara. Assim, se a escola não busca flexibilizar suas metodologias como forma de garantia da manutenção dessas famílias, ela acaba por colocar em detrimento os costumes e contextos de seus alunos:

Se, em outros momentos, as instituições sociais eram fundamentais para a garantia de tradições e costumes, reconhecemos neste momento que as instituições também estão inseridas nesse processo de descontinuidade, de transformação das suas práticas e manifestações (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009, p. 31).

Dito isso, é de suma importância para a instituição de ensino o processo de compreensão do contexto de cada indivíduo e sua comunidade, evitando as implicações e os embaraços entre as políticas voltadas para a sociedade e os sujeitos, com seus direitos garantidos, que compõem essa sociedade.

Faz-se indispensável defender a formação cultural e identitária dessas pessoas, tornando assim possível que a criança conheça a si mesmo e seu mundo, as relações estabelecidas com o meio social e cultural (Oliveira; Silva; Printes, 2022).

Acerca das escolas ribeirinhas, deve-se respeitar e conhecer o contexto no qual ela se estabelece, para melhor o aproveitamento do serviço, se fazendo necessário a elaboração de calendários escolares que atendam à demanda dos ribeirinhos, além do amparo dos órgãos públicos para a manutenção da infraestrutura, desde materiais voltados a realidade, professores do campo, funcionários da comunidade, merenda escolar e o transporte escolar regular (Oliveira; Silva; Printes, 2022).

No decorrer da pesquisa, a experiência de vivenciar o cotidiano de uma escola ribeirinha, suas formas de organização, suas especificidades e modos de vida tornou possível compreendermos as formas de organização da escola em relação à sua problemática e como, de maneira pedagógica, eles tentam contornar tal questão, conduzindo seus alunos para uma possibilidade de benefício mútuo, conservando os costumes e a cultura desses indivíduos por meio de seu contexto histórico de sujeito integrante à sociedade amazônica.

AGRADECIMENTOS

Prestamos agradecimento a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) (Cooperação Técnica nº 001/2023 PIBIC/FORMA PARÁ) pelo fomento à pesquisa desenvolvida.

REFERÊNCIAS

AHRENS, S. **A seleção simultânea do ótimo regime de desbastes e da idade de rotação, para povoamentos de Pinus taeda L., através de um modelo de programação dinâmica.** 2013. 199 f.

Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Programa de Pós Graduação em Engenharias Agrárias. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25289>. Acesso em 14 de abr. 2024.

ALVEZ VALLES, C. M. **Impacto da dinâmica da demanda dos frutos de açaí nas relações socioeconômicas e composição florística no estuário amazônico**. Orientador: Oriana Almeida. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10963>. Acesso em: 17 de out. 2024.

BENCHIMOL, S. **Amazônia**: formação social e cultural. 3 ed. Manaus: Valer, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em 9 de abr. 2024.

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma experiencia de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazonia**: o estudo de caso do assentamento de reforma agraria Ipora. 2001. 207p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589523>. Acesso em 8 de abr. 2024.

FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O Ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.** Vol. 61. Nº3. São Paulo, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 de abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wpcontent/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses**: Muaná. – Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Muana.pdf>. Acesso em 12 de mai. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censo Agropecuário 2017** - Resultados definitivos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/muana/pesquisa/24/76693>. Acesso em 16 de mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/muana/pesquisa/15/11863>. Acesso em 16 de mai. 2024.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

LACOSTE, Y. **Pesquisa e trabalho de campo**: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, 2006, p. 77-89.

MARTINS, F. J. Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar. In: **Proceedings of the 2nd II Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2008. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092008000100006&lng=en&nrm=abn. Acesso em 13 de abr. 2024.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf. Acesso em 13 de abr. 2024.

OLIVEIRA, A. P.; SILVA, I. R. da.; SOUZA PRINTES, J. Entre a escola e o rio: vivências e desafios da educação infantil ribeirinha. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e022009, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1685>. Acesso em 6 de abr. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 17 set. 2024.

QUARESMA, S. M.; DA CUNHA, E. B. **Manejo de açaízais, como prática de gestão e educação**. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 2, n. 1, p. 100-120, 2012. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/118/52>. Acesso em 7 de abr. 2024.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO PARÁ (SETUR). **Inventário da oferta turística do município de Muaná - PA**. Secretaria do Estado de Turismo do Pará, Belém, 2021. p. 135.

Disponível em: https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/iot_muana.pdf. Acesso em 13 de mai. 2024.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 1089-1111, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008>, Acesso em: 15 de abr. 2024.

TAGORE, M. de P. B. **O aumento da demanda do açaí e as alterações sociais, ambientais e econômicas**: o caso das várzeas de Abaetetuba, Pará. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9548>. Acesso em: 25 de dez. 2024

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOORTMANN, E. F. A Comida como Linguagem. **Revista Habitus**, v. 11, n. 1, p. 5–17, 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2844>. Acesso em: 10 set. 2024.